



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

ATA N.º 03 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 Aos trinta de agosto de dois mil e dezesseis aconteceu no auditório do prédio 7 da
2 UNIMONTES a terceira reunião ordinária da Comissão Estadual de Desenvolvimento
3 Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG). A
4 reunião se iniciou com a apresentação dos presentes e em seguida se passou à
5 leitura da ata da segunda reunião. Finalizada a leitura, Deyvisson Felipe Batista
6 Rocha, representante dos caatingueiros e Cícero Ferreira de Lima, representante dos
7 vazanteiros, observaram que é importante que nas atas sejam reproduzidas as falas
8 das pessoas. Tiago Fiorott, da FUNAI, pede a palavra e questionou, a partir da leitura
9 da ata da Câmara Técnica sobre Conflitos Socioambientais em áreas de parque e as
10 comunidades tradicionais, o posicionamento do Instituto Estadual de Floresta (IEF)
11 em relação à questão dos parques estaduais e pergunta qual é o pensamento do
12 governo estadual com um todo. Makota Celinha Gonçalves, representantes dos
13 Povos Tradicionais de Matriz Africana, destaca a importância de discussão sobre os
14 territórios dos povos e comunidades tradicionais e que é preciso fazer política de
15 Estado caso contrário não se terá avanço. Na questão dos territórios diversos são os
16 conflitos e citou o caso da Comunidade Quilombola de Manzo Ngunzo, em Belo
17 Horizonte, que ainda não teve a sua situação solucionada. No processo relacionado
18 ao território e à regularização fundiária precisamos de mais concretude. O Professor
19 Aderval Costa Filho, destaca que em termos dos territórios tradicionais em áreas de
20 parques o que se percebe é a dificuldade colocada pelo IEF, mas existe uma
21 possibilidade de acordo que permitiria a permanência dos povos e comunidades
22 tradicionais nos parques. No caso do acesso às políticas há a portaria 507/2011 que
23 garante diversas ações, dentre as quais a instalação de energia elétrica nos territórios
24 de povos e comunidades tradicionais. Cícero Ferreira de Lima, representantes dos
25 vazanteiros, questiona que ainda há muita lentidão na regularização fundiária das
26 comunidades tradicionais, como é o caso dos vazanteiros. O Cacique Bayara destaca
27 a importância de priorizar a resolução da questão da permanência do povo Pataxó no
28 Parque estadual do Rio Corrente, no município de Açucena. “Os Pataxó precisam da
29 mesma atenção que é dada para os fazendeiros”. O Cacique Bayara sugere a
30 necessidade de uma conversa direta dos povos e comunidades tradicionais com o
31 governador Fernando Pimentel. Rogério da Conceição Silva, representante dos
32 pescadores artesanais, observou que há grupos que estão jogando para cima dos
33 povos e comunidades tradicionais as causas dos conflitos. Leandro Diniz, da



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

34 Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA), considera que a resolução dos
35 conflitos poderia se dá por território ou região, pois atuar em todo o estado é
36 extramente complicado e dificilmente seriam resolvidos. Tiago Fiorott, da FUNAI,
37 lembrou do caso dos indígenas Pataxó no Parque da Candonga, em Guanhães, para
38 o qual há uma PL na Assembleia Legislativa de Minas Gerais que propõem da
39 recategorização do parque como área de proteção ambiental, embora não leva em
40 consideração a solução do problema para os indígenas. Sugeriu que a questão dos
41 Pataxó no Parque da Candonga seja pauta na Câmara Técnica sobre Conflitos
42 Socioambientais em áreas de parque e as comunidades tradicionais, para a qual a
43 FUNAI pode apresentar um relatório. Aderval Costa Filho, apresentou o problema
44 relacionado à exploração mineraria na Serra Canastra, em envolvendo os
45 canastreiros, e que é um conflito de âmbito federal com interferência da Igreja
46 Católica, que faz parte do movimento pró-Canastra, que estão propondo a articulação
47 de uma carteira do Fundo de compensação. Em relação à questão da Canastra,
48 Reginaldo Junior, da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAG), informa que a
49 SEPLAG foi convidada recentemente para participar de uma reunião sobre o caso e
50 que vem monitorando o mesmo, uma vez que é uma questão que está sendo tratada
51 a nível federal, com participação do Senado. Cícero Ferreira de Lima considerou que
52 nem todos os parques foram criados para benefício dos comunitários, mas sim para
53 ser tornarem de reserva para futuros interesses econômicos. Felisa Anaya,
54 representante da UNIMONTES, reforçou o papel da CEPCT-MG em relação à
55 posição do IEF e que é preciso ter cuidado para não ser absorvido pelas falas
56 institucionais, que muitas vezes através de diversos processos burocráticos protelam
57 a solução concreta dos conflitos. A senhora Dermira Ferreira Mota, da comunidade
58 quilombola da Lapinha, em Matias Cardoso, relatou a situação da comunidade e que
59 entre as dificuldades estão as com o IEF, que tem impossibilitado o acesso dos
60 quilombolas à área administrada pelo órgão como parque, que é território
61 tradicionalmente pertencente à comunidade quilombola. Para a solução do caso pede
62 uma intermediação da SEDPAC e da SEDA para o uso da área para realização do
63 plantio nos próximos meses. Luci Espeschit, representante do INCRA, informou que
64 em relação à comunidade quilombola de Lapinha, o órgão já finalizou o relatório
65 antropológico e o RTID. Informou que a fazenda Casa Grande, onde vive os
66 quilombolas da Lapinha, não está incorporada no decreto do Parque Lagoa do
67 Cajueiro, que é administração pelo IEF. Neste caso é possível a construção de termo
68 de acordo permitindo o uso pelos quilombolas, uma vez que se trata do local usado
69 pela comunidade para a agricultura. Claudia Luz, professora da UNIMONTES, sugere
70 que para avançar na resolução dos problemas das comunidades tradicionais nos
71 parques que sejam escolhidos casos representativos ou mais significativos por região



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

72 e que, portanto, podem reforça a luta dos movimentos dos povos e comunidades
73 tradicionais nas regiões. Isso poderá criar um caminho de fato para a resolução dos
74 conflitos e de segurança para as comunidades tradicionais. Destaca que na
75 UNIMONTES no Projeto Dinâmicas do São Francisco há grupos permanentes de
76 discussão com presença do INCRA e da SPU, que poderiam ser transformar em um
77 grupo de trabalho da CEPCT-MG. Reginaldo Junior, SEPLAG, sugere encaminhar
78 para a Mesa de Diálogo e Negociação o caso da comunidade quilombola da Lapinha,
79 como possibilidade de encontrar uma solução negociada entre o IEF e os
80 quilombolas. Finalizada a parte da manhã, às 12h30min, todos foram dispensados
81 para o almoço. A reunião se iniciou à tarde, às 14h40min, com a apresentação de
82 Leandro Pinheiro Diniz, Superintendente de Ação Discriminatória e Arrecadação de
83 Terras, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, sobre a questão das
84 terras públicas e devolutas do Estado de Minas Gerais. Antes da apresentação de
85 Leandro, João Carlos Pio de Souza, presidente da CEPCT-MG, informou para bom
86 andamento da exposição a metodologia já acordada dentro da comissão é de escuta
87 da exposição e que as intervenções são feitas posteriormente. Após essa observação
88 Leandro apresentou a exposição sobre as terras devolutas em Minas, com destaque
89 para as ações e dificuldades enfrentadas para o processo de arrecadação de terras e
90 solução dos conflitos agrários. No final da exposição ficou acordado que a
91 apresentação em Power Point organizada por Leandro será entregue a todos os
92 membros da CEPCT-MG de forma impressa e por correio eletrônico. Iniciando a
93 intervenção do pleno da Comissão, o Cacique Bayara, pergunta quais são os
94 objetivos do Estado em fazer o levantamento das terras. Leandro Diniz responde
95 dizendo o fundamental está a proteção dos direitos, embora em relação às terras o
96 Estado não possui uma memória sobre as mesmas e precisa desenvolver políticas
97 para a implementação do processo de arrecadação. Luci Espeschit, INCRA, destaca
98 o grande trabalho que vem realizando Leandro e sua pequena equipe, que fazem um
99 trabalho de garimpagem no processo de arrecadação de terras. Para Luci Espeschit,
100 a conclusão deste trabalho, na atual gestão do governo Pimentel, será um avanço
101 importante, um salto de qualidade. O que o estado está fazendo deveria também
102 existir a nível regional, o que ainda não é uma realidade em Minas Gerais. Leandro
103 reagiu agradecendo as palavras da Luci Espeschit e disse que no momento muito do
104 que se sabe sobre as terras tem se dado com a pesquisa junto aos servidores mais
105 antigos, que têm memória da situação das terras. Entre outras coisas destacou na
106 SEDA, o setor que ele coordena trabalha com uma equipe reduzida, embora tem se
107 buscado o apoio do Secretário para a ampliação de pessoal na Superintendente de
108 Ação Discriminatória e Arrecadação de Terras. O professor Aderval Costa Filho
109 destaca que a questão da regularização das terras não se dá em uma só tacada, pois



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

110 à vezes em determinada unidade temos terras da União e terras do estado. Em Minas
111 Gerais se presume que um terço das terras são devolutas. Pergunta qual o impacto
112 de uma política de regularização fundiária, protagonizada pelo Estado, voltada para
113 os povos e comunidades tradicionais. Para tal seria importante a construção de uma
114 projeto de lei. Leandro reagindo a algumas perguntas lembrou que as ADI é um ato
115 administrativo e não judicial. Respondendo às perguntas sobre a possibilidade de
116 novas Ações Discriminatórias, Leandro Diniz, disse que as últimas se deram em 2008
117 e que, no momento, há pleitos feitos por povos e comunidades tradicionais, posseiros,
118 empresas e o INCRA. Deyvisson Felipe Batista Rocha, Caatingueiros, disse que se
119 espera um mapa georeferenciado das terras, que segundo informações são em torno
120 de 11 milhões de hectares e que estão nas mãos de poucas pessoas. Ubelino,
121 professor da USP, informa que foi um dos responsáveis pelo levantamento de terras
122 realizado em Grão Mogol e Riacho dos Machados. Claudia Luz, UNIMONTES,
123 sugeriu uma conversa com o professor Ariovaldo da USP, que tem informações sobre
124 o Arquivo do INCRA. Retomando a palavra, Leandro Diniz, informa que hoje já se tem
125 um arquivo fundiário e se está trabalhando para a recuperação da memória. Márcia
126 Campanharo Zanetti, EMATER, pergunta como tornar as informações sobre as terras
127 disponíveis para toda a sociedade e quais os mecanismos disponíveis para o acesso.
128 Leandro, responde que todas as informações estão disponíveis no site da Secretaria
129 de Desenvolvimento Agrário. Tiago Fiorott, FUNAI, destaca que um projeto de lei é
130 interessante, mas o problema é que neste caso a disponibilização dos dados para a
131 sociedade poderá levar a uma disputa e neste caso como se garantiria as terras para
132 os povos e comunidades tradicionais. Leandro Diniz lembra que hoje todos os
133 processos são públicos e, portanto, algumas situações não tem como serem evitadas.
134 Esclarece que o pleito solicitado pelos diferentes grupos é verificado quando se vai a
135 campo e, hoje, a legislação das terras nas suas finalidades não destina áreas para
136 empreendimentos com a mineração. A Cacique Analía Tuxá relatou a situação do
137 povo Tuxá, que ocupou uma fazenda do estado na cidade de Buritizeiro e quer saber
138 o que será feito com as famílias indígenas que estão pleiteando o território. Leandro
139 diz que neste caso o estado pode fazer uma doação, uma vez que não se trata de um
140 território tradicionalmente ocupado, mas a solução para o caso depende de
141 articulações com outros órgãos. Novamente com a palavra, Makota Celinha
142 Gonçalves reforça que a perspectiva de pensar no território como espaço social. É
143 preciso dá conta desta dimensão social do território e, neste caso ouvir a forma como
144 a comunidade tradicional enxerga a terra. O Estado teve interesse em ouvir as
145 comunidades tradicionais e o governo atual tem feito pouco diálogo. Quem sabe criar
146 uma legislação onde se possa pensar de forma diferenciada o uso do território, quem
147 sabe uma cota para os povos e comunidades tradicionais, pois pelo menos nesta



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

148 lógica tem se dado atenção às pessoas, como vem ocorrendo nas cotas para negros
149 nas universidades públicas. Precisamos pensar na reconstrução do conceito de
150 território, considerando a questão da subjetividade, para dentro da legislação, pois da
151 forma como está os povos e comunidades tradicionais não são contemplados.
152 Reforçando as ideias da Makota Celinha, o Professor Aderval Costa Filho, UFMG, no
153 caso é importante considerar que as terras tradicionalmente ocupadas podem não
154 estar mais disponíveis, mas tem que se considerar a questão a cosmologia em
155 relação a esse território. Orlando, destaca que na questão do acesso ao território o
156 passo é continuar forçando a negociação e a demanda junto ao estado. Tiago,
157 FUNAI, destaca os esforço do Governo em dialogar na busca de uma solução para o
158 caso dos Tuxá em Buritizeiro e que há possibilidade de um encaminhamento positivo,
159 mas pergunta se isto está mesmo desenhado ou há outras forças interessadas.
160 Reginaldo Junior, SEPLAG, responde relatando o histórico das vistas ao Tuxas e a
161 produção de um relatório sobre a situação, bem como do diálogo que está sendo
162 estabelecido no âmbito da Mesa de Diálogo e Negociação. João Carlos Pio de Souza,
163 SEDPAC, disse que devem existir outros interesses em relação à fazenda em
164 Buritizeiro, mas acredita numa solução positiva para o povo Tuxá da parte do Estado,
165 que deve ser discutida na próxima reunião da Mesa de Diálogo e Negociação. O Dr,
166 Edmundo, do Ministério Público Federal (MPF), destaca que em relação à questão do
167 território temos duas possibilidades: a primeira é pensar na relação entre território e
168 subjetividade e a segunda na garantia de cotas, como destacou a Makota Celinha.
169 Para o caso dos Tuxá, o Dr. Edmundo, destaca que o estado pode garantir outra
170 terra. Sugere que a Comissão aprove uma nota de repúdio contra a Orientação
171 normativa 03 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria
172 de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, que dispõe sobre
173 regras de aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos negros
174 para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que vem recebendo
175 críticas do movimento negro. Concluída a intervenção do pleno em relação à
176 apresentação de Leandro Diniz, o presidente da CEPCT-MG, João Carlos Pio de
177 Souza, apresentou ao pleno a proposta de criação de um grupo de trabalho para
178 trabalhar na elaboração de uma minuta de decreto para a normatização do artigo 6º
179 da Lei 21.147/2014, que trata da regularização fundiária dos territórios ocupados por
180 povos e comunidades tradicionais. A proposta é que o grupo tenha 90 dias a contar
181 da primeira reunião do grupo de trabalho para a apresentação da minuta. Após
182 discussão o pleno aprovou a instituição do grupo de trabalho, que ficou assim
183 composto: Makota Celina Gonçalves, Povos de Matriz Africana; Cícero Ferreira de
184 Lima (Vazanteiros) ou Rogério da Conceição Silva (Pescadores artesanais); Orlando
185 dos Santos (Geraizeiros), ou Jaime Alves dos Santos (Veredeiros); Vandeli Paulo



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

186 (SEDA); Leandro Pinheiro Diniz (SEDA), João Carlos Pio de Souza (SEDAC);
187 Edmundo Antônio, MPF; Aderval Costa Filho, UFMG. Em relação aos casos dos
188 conflitos socioambientais mais representativos a serem priorizados na Câmara
189 Técnica sobre conflitos socioambientais nas áreas de parques e as comunidades
190 tradicionais o pleno da CEPCT-MG aprovou por unanimidade os seguintes: Parque
191 Estadual do Rio Corrente; Parque Estadual Serra das Araras; Parque Estadual Lagoa
192 do Cajueiro; Parque Estadual da Mata Seca; Parque Estadual do Rio Verde. O pleno
193 aprovou a realização da quarta reunião da CEPCT-MG para os dias 13 e 14 de
194 dezembro, ou em data antecipada a depender do período de fechamento do ano fiscal
195 do governo do Estado, que será realizada na Casa dos Direitos Humanos, na cidade de
196 Belo Horizonte. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença de todos e deu por
197 encerrada a reunião. Sem mais nada a relatar, eu, Danilo Daniel Prado Araújo,
198 Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a ata, que vai assinada por mim e pelo
199 Senhor Presidente. Belo Horizonte, 31 de agosto de 2016.

Danilo Daniel Prado Araújo
Secretário Executivo da CEPCT-MG

João Carlos Pio de Souza
Presidente da CEPCT-MG